

Rapinagem madeireira

Augusto Marzagão

Já não pode ficar simplesmente limitado a explicações insuficientes do Ibama o problema da exploração predatória da floresta amazônica por madeireiras asiáticas, principalmente malaias, e até de alguns países de outros continentes. A verdade é que a marcha devastadora atinge agora proporções que, sem nenhum exagero, merecem o rótulo de alarmantes. Recentes artigos, reportagens e editoriais publicados sobre a matéria informam que anualmente são retirados da Amazônia cinquenta milhões de metros cúbicos de madeira, dos quais 80% ilegalmente. Comissão Especial da Câmara dos Deputados apontou extensa lista de vilões desse desastre ecológico e dessa agressão econômica em que se incluem madeireiras da Malásia, da China, Indonésia, Camboja, Nova Guiné, Camarões, Costa do Marfim, Bélgica, Suriname, Panamá, Bahamas, Guiana e de outras origens. Como se vê, trata-se de um movimento predatório sob muitas Bandeiras,

onde se destacam empresas com um péssimo currículo destrutivo em seus próprios países. Derrubam as matas, exportam o produto — incluindo espécimes nobres como no Brasil o mogno e a virola —, realizam grandes lucros e não promovem o replantio. Deixam atrás de si as feridas abertas na mata tropical, a natureza violentada e entregue à própria sorte.

Explicitamente as madeireiras estrangeiras já possuem dois milhões de hectares da floresta tropical amazônica, mas é corrente na região que essa área deve ser hoje multiplicada por dez. Elas compram empresas nacionais falidas ou em processo de falência e vão aumentando assim os seus domínios. O próprio Ibama, embora defendendo a sua ação fiscalizadora e repressora, reconhece que 8,5% dos 490 milhões de hectares da floresta amazônica já estão devastados.

É certo que a Medida Provisória 1.511 limita o desmatamento em

20% da área das propriedades. Entretanto, circula na Amazônia a versão de que as empresas encontraram um meio de burlar essa limitação governamental: elas compram grandes áreas, depois as retalham para vender a compradores fictícios ou acumpliciados, os quais adquirem o direito de desmatar, cada um, os 20% legalmente permitidos.

Sabe-se que a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República está atenta ao problema e, mais que isso, preocupada com o avanço do desmatamento já alcançado pelas motosserras das madeireiras. Acontece que a defesa amazônica está exigindo mais da reação governamental. Conforme reclama recente editorial de *O Globo*, “é necessário um projeto de exploração racional controlado com mão de ferro pelo Estado antes que seja tarde. Há necessidade de leis rigorosas e de fiscalização competente”. A exploração seletiva da riqueza madeireira terá que substituir as práticas de

terra arrasada.

O Ministério do Meio Ambiente bem que poderia aumentar os seus esforços na defesa ecológica da Amazônia. Sem dúvida tudo isso impõe um grande aparato protetor e fiscalizador, dadas as vastas dimensões da região ameaçada, porém, desde que os diversos órgãos envolvidos no problema associem os seus recursos, o manejo florestal na Amazônia poderá reduzir substancialmente o clima de rapinagem dominante, do qual se aproveitam empresários ou máfias sem nenhum compromisso com os interesses do país.

O Ibama procura “desmistificar a suposta ameaça malaia”. Todavia, a gritante realidade dos fatos se encarrega de expor o perigo à luz do Sol. E essa luz há de servir para tornar cada vez mais transparente o que vem ocorrendo e não para teldar-nos a visão da escalada aniquiladora.

■ Augusto Marzagão é jornalista

20/6/97
C B
19